

# Patotismo X Patriotismo

RICARDO VÉLEZ RODRÍGUEZ

Depois do **impeachment** do presidente Collor, parecia que o Legislativo brasileiro tivesse reencontrado a dignidade perdida (ao ter-se convertido, durante o período da ditadura, em xerox do Executivo). Ledo engano. Os episódios dos “anões do orçamento”, da falta de vontade política para puni-los rápida e exemplarmente, da prática da gazeta que esvaziou a revisão constitucional, da luta em defesa do corporativismo e do imoral aumento dos próprios vencimentos pelos deputados revelaram claramente à sociedade que o Poder Legislativo perdeu o rumo da representação. Tudo faz o atual Congresso, menos representar os anseios de modernidade e de moralidade da sociedade brasileira.

É bem certo que há honrosas exceções como o senador Jarbas Passarinho e os deputados Roberto Magalhães, Nelson Jobim, Gustavo Krause etc. Mas o grosso do Legislativo brasileiro aposta no que há de mais reacionário: mantém intocada a Carta de 88, defende com unhas e dentes as sinecuras dos congressistas e do funcionalismo público e pratica o macunaímico princípio de “deixar as coisas como estão para ver como é que ficam”.

Várias causas, uma antigas, outras recentes, têm contribuído para a desvalorização do Legislativo entre nós. Em primeiro lugar, convém apontar o “pecado original”: a República nasceu embalada do dogmatismo positivista, que considerava a representação política como “metafísica liberal”, cujo destino seria o lixo da História. Embora formalmente liberais, as nossas instituições republicanas sofreram, des-



## A ADOÇÃO SEM DELONGAS DO VOTO DISTRITAL SERIA O INÍCIO DA MORALIZAÇÃO DOS NOSSOS CONGRESSISTAS

de o início, da doença da esquizofrenia cartorial: a prática do clientelismo e do autoritarismo acobertavam-se no arcabouço liberal da Carta de 1891, inspirada na Constituição norte-americana. A fonte que realmente inspirou a vida republicana não foi certamente o liberalismo, mas o positivismo castilhisto, muito mais jacobino que a versão original do comtismo, porquanto pregava a tutela direta do Estado sobre a sociedade. De Getúlio para cá, a partir de 1930, o castilhismo passou a ser a cartilha política dos civis e militares que galgaram o poder, com alguns breves momentos de distensão como o governo de Juscelino e na última década. O golpe de 64 foi uma reedição do modelo caudilhisto/cientificista de Getúlio.

Nesse contexto, como diziam os castilhistas da primeira geração, “o regime parlamentar é um regime para lamentar” e o Legislativo virou apêndice do Executivo hipertrofiado. É certo que diminuiu a parcela de poder deste último, após a derrubada do AI-5, mas o Legislativo ainda não encontrou o seu próprio caminho. É como se, de tanto andar no colo dos presidentes-ditadores, tivesse atrofiado as pernas e precisasse de muletas.

Em segundo lugar, deve ser mencionada uma causa cultural para a crise do Legislativo: o secular “patotismo” ou “complexo de clã”, que constitui, ainda hoje, como que uma segunda natureza dos habitantes deste país. O patotismo sufoca o patriotismo, pois consis-

te em enxergar a coisa pública como bem a ser privatizado em benefício próprio ou dos familiares, amigos e apaniguados. O patotismo é a alma do patrimonialismo. Não há dúvida de que os nossos bravos legisladores são vítimas do complexo de clã: enxergam a sua função como propriedade deles e a utilizam para melhorar os seus negócios particulares e manter os privilégios, que foram sendo depositados nas suas graúdas contas pelos desavisados contribuintes. Vale ainda a crítica de Oliveira Vianna, formulada no final da década de 40: “Respiramos política, vivemos embriagados por ela, e valorizamos em altura desmedida os que a praticam. Homúnculos, que seriam sem significação num meio de educação política mais exigente, elevam-se, aqui, a alturas olímpicas de semideuses” (**Instituições Políticas Brasileiras**).

Está na hora de pararmos com o festival de irresponsabilidade em que se converteu o mandato legislativo. O primeiro remédio é atrelar o eleito ao eleitor, para que este possa fiscalizar e cobrar de quem recebeu um mandato para representar os seus interesses. A adoção sem delongas do voto distrital seria o início da moralização dos nossos congressistas.

### O AUTOR

Ricardo Vélez Rodríguez é professor da Universidade Gama Filho

